



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Informação nº: 251/2020 – SECONT/3ªDICONT.

Brasília, 28 de julho de 2020.

Processo nº: 18.932/2007¹ (3 volumes – e-DOC's 3646D4C1-e, 840B52DB-e e E0905EEE-e, peças 154/156).

Processo GDF nº: 130.000.359/2006 (4 volumes – e-DOC's E58CDB67, 5754B9A9, 396F3BA0 e 84D27498).

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais².

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor original: R\$ 180.000,00³.

Ementa: TCE. Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 01/2002, firmado em 24/05/2002 entre a SUCAR e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS. Exercício financeiro de 2005. Decisão nº 6.955/2011: conhecimento das defesas apresentadas pelos membros do Conselho de Administração (CS) do ICS; defesa improcedente; revelia; julgamento irregular das contas dos gestores e membros do CS do ICS e aplicação de multa. Acórdãos nºs. 255/2011 a 256/2011. Decisão nº 1.060/2012: Embargos de Declaração conhecidos e não providos. Decisão nº 2.194/2012: Recurso de Reconsideração apresentado por 1 responsável conhecido. Decisão nº 4.898/2014: provimento do Recurso de Reconsideração para declarar sua ilegitimidade de figurar no rol de responsáveis do ICS, sendo estendido a mais 3 responsáveis. Acórdão nº 505/2014. Decisão nº 147/2015: conhecimento de Recurso de Reconsideração apresentado por uma responsável. Decisão nº 2.825/2019: provimento ao Recurso e exclusão da responsável do rol. Acórdão nº 183/2019. Decisão nº 4.371/2019: não conhecimento de petição de responsável por intempestividade. Neste momento processual: não recolhimento. Adoção de providências para ressarcimento. Arquivamento.

Senhor Secretário,

Cuidam os autos da Prestação de Contas do extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, referente ao Contrato de Gestão nº 01/2002 (exercício de 2005), celebrado entre a então Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais – SUCAR e esse Instituto.

¹ Digitalizado.

² A nomenclatura da Secretaria manteve-se a mesma, apenas alterando-se sua sigla para ESPORTE.

³ Valor original, sendo o montante de R\$ 80.000,00 em 13.03.2006 e de R\$ 100.000,00 em 17.03.2006 (fls. 106 e 107 do e-DOC A02E0A67).

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

2. A Decisão nº 6.955/2011 (fl. 219**) determinou:

O Tribunal, por maioria, decidiu:

I) de acordo, em parte, com o voto da Relatora:

1 - tomar conhecimento das defesas apresentadas às fls. 311/319 pelos membros do Conselho de Administração do ICS;

2 - tomar conhecimento da defesa apresentada às fls. 298/304 para, no mérito, considerá-la improcedente;

3 - nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, considerar revéis os indicados no parágrafo 18 de fl. 380;

4 - julgar, com fundamento no art. 17, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas dos gestores do Instituto Candango de Solidariedade - ICS, indicados no 4º parágrafo de fl. 396, atinentes ao Contrato de Gestão nº 01/2002, no exercício de 2005, celebrado com a então Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR, devido à omissão no dever de prestar contas;

5 - nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, aplicar aos responsáveis referidos no item 4, supra, multa no valor individual de R\$ 4.679,20;

6 - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora, no tocante ao item VI do referido voto;

II) acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, fundado em sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF, considerar, também, irregulares as contas dos membros do Conselho de Administração do ICS, conforme sugere a instrução no item III de fs. 381/382, aplicando-lhes a multa indicada no item 4, acima, na forma do acórdão apresentado pelo Revisor, bem como a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo comissionado ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital (art. 60 da Lei Complementar 1/94), pelo período de 5 (cinco) anos; (...).

3. Em consequência, foram expedidos os Acórdãos nºs. 255/2011 e 256/2011 (fls. 226** e 228**), com o seguinte teor:

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 255/2011

Ementa: Contrato de Gestão nº 01/2002. Prestação de Contas. Instituto Candango de Solidariedade. SUCAR. Exercício de 2005. Contas irregulares. Aplicação de multa.

Processo TCDF nº 18.932/2007

Nome/Função: Lázaro Severo Rocha, Presidente, Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Vice-Presidente, Manoel Pereira de Lucena, Diretor de Finanças, Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração e Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social.

Órgão: Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

Relatora: Conselheira Anilcéia Luzia Machado.

Unidade Técnica: 1ª Inspeção de Controle Externo.

Representante do Ministério Público: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pela Relatora, com fundamento no art. 17, III, “a”, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em **julgar irregulares** as contas em apreço, e aplicar aos responsáveis a multa prevista art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994, no valor **individual de R\$ 4.679,20** (quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

ACÓRDÃO Nº 256/2011

Ementa: Contrato de Gestão nº 01/2002. SUCAR. Instituto Candango de Solidariedade. Exercício de 2005. Contas irregulares. Aplicação da pena de multa. Notificação dos responsáveis. Cobrança judicial.

Processo TCDF nº 18.932/2007

Nome/Função: Membros do Conselho de Administração: José Vital de Araújo Fagundes, Benjamin Segismundo de Jesus Roriz, Edimar Pireneus Cardoso e João Ignácio Perius.

Órgão: Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

Revisor: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha.

Unidade Técnica: 1ª Inspeção de Controle Externo.

Representante do Ministério Público: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese das irregularidades apuradas: omissão no dever de prestar contas do Contrato de Gestão nº 01/2002, celebrado pela então Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR e o Instituto Candango de Solidariedade – ICS, referente ao exercício de 2005.

Valor da multa individual: R\$ 4.679,20 (quatro mil e seiscentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto do Revisor, com fundamento nos arts. 17, III, “a” e 20 da Lei Complementar DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em **julgar irregulares** as contas em apreço, **condenar** os responsáveis ao **recolhimento da multa** aos cofres do DF.

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

4. Conforme acórdãos anteriormente referidos, foram responsabilizados:

Responsável
Lázaro Severo Rocha, Presidente do ICS
Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Vice-Presidente do ICS
Manoel Pereira de Lucena, Diretor de Finanças do ICS
Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS
Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS
José Vital de Araújo Fagundes, membro do Conselho de Administração do ICS
Benjamin Segismundo de Jesus Roriz, membro do Conselho de Administração do ICS
Edimar Pireneus Cardoso, membro do Conselho de Administração do ICS
João Ignácio Perius, membro do Conselho de Administração do ICS

5. Após recurso do Sr. João Ignácio Perius, o Tribunal proferiu a Decisão nº 4.898/2014 (fl. 97***), nos seguintes termos:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – dar provimento ao Recurso de Reconsideração interpostos pelo Sr. João Ignácio Perius, a fim de declarar sua ilegitimidade para figurar no rol de responsáveis do ICS, tornando sem efeito, na parte relativa ao recorrente, o item II da Decisão nº 6955/2011 e o Acórdão nº 256/2011; II – atribuir efeito extensivo ao recurso sob exame, para estender o benefício da reforma parcial da Decisão nº 6955/2011 e da anulação do Acórdão nº 256/2011 aos senhores José Vital de Araújo Fagundes, Benjamim Segismundo de Jesus Roriz e Edimar Pireneus Cardoso, excluindo-os também do rol de responsáveis do ICS; III – aprovar o acórdão apresentado pelo Relator, tornando sem efeito a multa aplicada aos responsáveis mencionados nos itens precedentes pelo Acórdão nº 256/2011...

6. Deste modo permaneceram responsabilizadas as seguintes pessoas:

Lázaro Severo Rocha, Presidente do ICS
Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Vice-Presidente do ICS
Manoel Pereira de Lucena, Diretor de Finanças do ICS
Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS
Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

7. Irresignada, a Sr. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, interpôs recurso de reconsideração, tendo o Tribunal, por meio da Decisão nº 2.825/2019 (fl. 206***), assim decidido:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – dar provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 506/537), para fins de excluí-la do rol de responsáveis e, consequentemente, eximi-la das penalidades contidas na Decisão n.º 6955/2011 e no Acórdão n.º 255/2011; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator, concretizando o comando do item antecedente;

8. Deste modo, restaram como responsáveis:

Lázaro Severo Rocha, Presidente do ICS
Manoel Pereira de Lucena, Diretor de Finanças do ICS
Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS
Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS

9. O Tribunal, em sua última manifestação de mérito nos autos deliberou (Decisão nº 4.371/2019, fl. 272***):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro PAIVA MARTINS, decidiu:

I - tomar conhecimento da Informação nº 269/2019 – NUREC (fls. 583/585);

II - não conhecer da petição interposta pela Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza contra a Decisão nº 6.955/2011, ante o não preenchimento do requisito da tempestividade;

III - autorizar: a) a ciência desta decisão à peticionária, na pessoa de seu representante legal, na forma do § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007; b) o envio de cópia desta decisão ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros; c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas – SECONT, para as providências cabíveis. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF

10. As decisões acima indicadas podem ser resumidas na tabela abaixo:

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Responsável	Excluído do rol	Decisão e Acórdão
Lázaro Severo Rocha, Presidente do ICS	não	-
Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Vice-Presidente do ICS	sim	Decisão nº 2.825/2019 e Acórdão nº 183/2019 (fls. 206/207***)
Manoel Pereira de Lucena, Diretor de Finanças do ICS	não	-
Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do ICS	não	-
Dirlene Fiel dos Santos Souza, Diretora de Promoção Social do ICS	não	-
José Vital de Araújo Fagundes, membro do Conselho de Administração do ICS	sim	Decisão nº 4.898/2014 e Acórdão nº 05/2014 (fls. 97/99***)
Benjamin Segismundo de Jesus Roriz, membro do Conselho de Administração do ICS	sim	
Edimar Pireneus Cardoso, membro do Conselho de Administração do ICS	sim	
João Ignácio Perius, membro do Conselho de Administração do ICS	sim	

11. Assim sendo, os Srs. Lázaro Severo Rocha (Presidente do ICS), Manoel Pereira de Lucena (Diretor de Finanças do ICS), Emílio Carlos Vitali (Diretor de Administração do ICS) e a Sr^a. Dirlene Fiel dos Santos Souza (Diretoria de Promoção Social do ICS), mantiveram-se sobre os preceitos da Decisão nº 6.955/2011 e do Acórdão nº 255/2011.

12. Considerando-se que, até este momento processual, os responsáveis não haviam comprovado a quitação da penalidade que lhes fora aplicada, esta SECONT encaminhou:

- a) O Ofício nº 406/2020 – SECONT à Secretaria de Educação do Distrito Federal para que adotasse “*providências para efetuar o desconto integral ou parcelado da quantia individual de R\$ 8.138,17 e 8.059,16 (corrigidos em julho de 2020) nos vencimentos/proventos de Dirlene Fiel dos Santos de Souza e Emílio Carlos Vitali, CPF's nºs 333.850.251-68 e 119.531.011-00*” (e-DOC 1E6E1F76-c, peça 161). Em resposta, via Ofício nº 2.337/2020 – SEE/GAB/AESP, a Secretaria

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

de Educação enviou documentação comprovando o efetivo desconto em folha do valor das penalidades (e-DOC B143644C-c, peça 162)⁴; e

b) O Ofício nº 420/2020 – SECONT (e-DOC ADDF5291-c, peça 163) ao MPJTCDF para cobrança judicial do valor das penalidades aplicadas aos Srs. Manoel Pereira Lucena e Lázaro Severo Rocha.

13. O MPJTCDF, em atenção ao Ofício nº 420/2020 – SECONT, enviou o Ofício nº 330/2020-MPC/PG (Processo nº 00600-00004041/2020-59-e) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF para a adoção das medidas pertinentes quanto à cobrança - PGDF(Ofício nº 332/2020-MPC/PG - e-DOC B04D2899-e, peça 165).

14. Quanto aos responsáveis nominados no § 12º, item b), não restam mais providências a serem tomadas, porém, no que tange à Srª. Dirlene Fiel dos Santos de Souza e ao Sr. Emílio Carlos Vitali, que tiveram o desconto efetuado em folha de parcelas do valor da penalidade a partir de julho de 2020, a quitação deverá ser acompanhada e controlada pela Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE⁵, atrelada à Secretaria-Geral de Controle Externo, a quem se deve encaminhar cópia da Decisão nº 6.955/2011, do Acórdão nº 255/2011 e da decisão a ser prolatada, assim como do Ofício nº 2.337/2020 – SEE/GAB/AESP, da Secretaria de Educação, comprovando o efetivo desconto em folha do valor das penalidades (e-DOC B143644C-c, peça 162).

15. Em face do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento do Ofício nº 406/2020 – SECONT (e-DOC 1E6E1F76-c), Ofício nº 2.337/2020 – SEE/GAB/AESP (e-DOC B143644C-c), do Ofício nº 420/2020 – SECONT (e-DOC

⁴ “ratifica-se a manifestação da Gerência de Consignação e Benefícios - GCONB que informa a implantação da multa no contracheque de de Dirlene Fiel dos Santos de Souza e Emílio Carlos Vitali, respectivamente, em **59 parcelas de R\$ 819,51** resultando no montante de de R\$ 48.351,13, que corresponde ao valor da multa de R\$ 8.138,17 + R\$ 40.212,96, anteriormente implantado e em **em 17 parcelas de R\$ 802,47** no valor total de R\$ 13.642,01 , que corresponde ao valor da multa de R\$ 8.059,16 + R\$ 5.582,85, anteriormente implantado”.

⁵ Portaria nº 394/2018 – TCDF:

Art. 5º À Assessoria Técnica e de Estudos Especiais - ATE competem as seguintes atividades: (...) III - Manter o registro, o acompanhamento formal e o controle do recolhimento dos débitos e multas imputados pelo Tribunal.

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS

TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS

ADDF5291-c) e do Ofício nº 332/2020-MPC/PG (e-DOC B04D2899-e);

II. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia da deliberação a ser proferida, da Decisão nº 6.955/2011, do Acórdão nº 255/2011 e do Ofício nº 2.337/2020 – SEE/GAB/AESP ((e-DOC B143644C-c) à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE, subordinada à Secretaria-Geral de Controle Externo, para adoção das medidas de registro e controle pertinentes quanto ao parcelamento, via desconto em folha, das multas aplicadas à Sr^a. Dirlene Fiel dos Santos de Souza e ao Sr. Emílio Carlos Vitali;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de praxe e posterior arquivamento.

À superior consideração.

* Vol I – e-DOC 3646D4C1-e, peça 154

** Vol II – e-DOC 840B52DB-e, peça 155

*** Vol III – e-DOC E0905EEE-e, peça 156